Sindsaúde CEARÁ

O Termômetro

CTB Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil

Publicação do Sindicato dos Empregdos em Estabelecimentos de Serviços de Saúde no Estado do Ceará - Sindsaúde
Rua Guilherme Rocha, 883, centro, Fortaleza/CE I Fone: (85)3251.9050 I www.sindsaudeceara.org.br
falecom@sindsaudeceara.org.br - Edição 69 I Setembro de 2014 I Tiragem: 5.000 exemplares

Foto: sindilimp/BA

O que está em jogo sobre os direitos dos trabalhadores nas eleições

O Sindsaúde reproduz artigo dos pesquisadores José Dari Krein e Vitor Filgueiras, ambos do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho do Instituto de Economia da Unicamp (CESIT), em que analisam as propostas dos presidenciáveis do ponto de vista dos trabalhadores e movimento sindical. Boa leitura!

A primeira candidata a publicar um programa de governo foi Marina, que incorpora de forma explícita as principais demandas empresariais sobre a regulação do trabalho: aumento da liberalização da terceirização; possibilidade da negociação de direitos; mudança da definição do que é trabalho análogo ao escravo.

A regulação do trabalho é um dos temas centrais do grande empresariado no Brasil, desde os anos 1990, dentro do contexto das reformas liberalizantes. É o tema, por exemplo, de destaque na agenda das duas mais importantes entidades patronais, a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e a CNA (Confederação Nacional da Agricultura), que publicaram suas demandas nas últimas semanas (respectivamente, *Propostas da indústria para as eleições 2014 e O que esperamos do próximo presidente 2015-2018*).

Em relação à terceirização, consta nas páginas 75 e 76 do programa de Marina que a "terceirização de atividades leva a maior especialização produtiva, a maior divisão do trabalho e, consequentemente, a maior produtividade das empresas", que "há no Brasil um viés contra a terceirização" e que "existe hoje no Brasil um número elevado de disputas jurídicas sobre a terceirização de serviços com o argumento de que as atividades terceirizadas são atividades fins das empresas. Isso gera perda de eficiência do setor, reduzindo os ganhos de produtividade", concluindo que irá "Disciplinar a terceirização de atividades com regras que a viabilizem".

As pesquisas acadêmicas demonstram que a terceirização é uma forma de gestão do trabalho fortemente precarizante e estritamente relacionada às piores formas de exploração do trabalho e aos acidentes fatais. Portanto, ampliar sua liberalização provocará piora das condições de trabalho e de vida de grande parte da população.

"A terceirização é uma forma de gestão do trabalho fortemente precarizante e estritamente relacionada às piores formas de exploração do trabalho e aos acidentes fatais.

Ao tratar da questão sindical, em que pese afirmar não pretender desregulamentar direitos individuais, abre a possibilidade de eles serem objeto de negociação, após mudanças na estrutura sindical, como está expresso na página 52. "...um passo importante será fomentar legislação favorável à autonomia e à liberdade sindical, que possa trazer mais segurança jurídica às relações entre empregado e empregador, ao mesmo tempo em que fortaleça o papel dos sindicatos nas negociações, facilitando sua organização nos locais de trabalho".

A proposta aparentemente positiva de um suposto fortalecimento dos sindicatos, na forma como está anunciada, abre a possibilidade de as normas trabalhistas serem passíveis de negociação com os sindicatos, o que pode expressar-se na supressão ou redução de direitos consagrados.

É um discurso evasivo e permeado de contradições, que busca agradar a atores sociais com interesses conflitantes.

Por fim, mas não menos grave, na página 204, o programa promete: "propor nova redação para o Artigo 149 do Código Penal, de modo a tipificar de forma mais precisa o crime de submeter alguém à condição análoga à de escravo". Mais uma vez, abraça explicitamente o pedido empresarial contra os direitos trabalhistas.

A redação do referido artigo é clara ao definir como crime submeter trabalhadores a condições semelhantes ou piores do que aquelas vividas pelos escravos do século 19, seja por meio de coerção individual, seja por submissão a condições degradantes ou jornadas exaustivas, conforme é sistematicamente detectado pelas instituições públicas do trabalho.

Mudar o artigo é parte de uma campanha feroz contra a existência de limites à exploração do trabalho, que é exatamente o que está previsto na atual redação do Código Penal.

Os efeitos dessas propostas serão desastrosos para um mercado de trabalho que precisa, ao contrário de reduzir direitos (cujo eufemismo é flexibilizar), fortalecer a efetivação dos direitos existentes e ampliar a proteção social.

Os 100 milhões de brasileiros que vivem do trabalho precisam ter consciência do que está em jogo neste momento.

Adaptado de: www.brasildebate.com.br.

Curta nossa página no facebook e fortaleça a luta dos trabalhadores da saúde: sindsaudeceara

Filantrópicos: Fechada a CCT 2014, após mobilização

Os patrões do setor filantrópico insistiam em conceder reajuste de 6% no salário e nos pisos, sob o argumento de que este índice foi o que negociaram com os outros sindicatos, inclusive o dos enfermeiros. O sindsaude não aceitou, pois este reajuste ofertado pelos patrões não cobria nem o reajuste que foi dado ao salário mínimo. Colocamos o bloco na rua, ou melhor na porta dos hospitais. Na quarta-feira, 17/9, o Sindsaude e o sindicato patronal encerraram as negociações deste ano e ficou acertado o reajuste de 7% sobre os pisos salariais e de 6% para os salários acima do piso. O reajuste de 7% nos pisos salariais significa ganho real em torno de 1% para uma inflação, no período de reposição salarial da CCT (janeiro a dezembro de 2013), que foi de 5,82%, segundo o INPC-IBGE.

Além disto, ficou garantido que as trabalhadoras e os trabalhadores terão garantido o abono de falta para realização de exame de câncer e de próstata.

As diferenças de salário e de pisos serão pagas, em três vezes, começando na folha de outubro. Portanto, fique atento. **Abaixo , veja como ficaram os valores dos pisos salariais:**

Profissão	Piso Anterior	Piso Novo
Auxiliar de enfermagem	R$ 705,25	R$ 755,00
Técnico/a de enfermagem	R$ 726,95	R$ 778,00
Recepcionista/ atendente	R$ 692,15	R$ 741,00

Veja a Convenção Coletiva 2014 na íntegra em nosso site, **www.sindsaudeceara.org.br**, no botão Legislação e se o patrão não pagar as diferenças, também denuncie lá.

Manifestações no Cariri garantem aumento do reajuste dos pisos

No dia anterior à negociação, diretores do Sindsaúde fizeram uma maratona de atos em hospitais filantrópicos da região do Cariri. O primeiro deles foi o Hospital São Vicente de Paula, dirigido pelo presidente do Sindhef, Amilcar Leite. Lá, o Sindsaúde fincou pé durante duas horas, até ser recebido pelo presidente.

"Foi uma conversa tranquila com ele, em que confirmou o recebimento de nossas reivindicações e adiantou que os patrões estavam dispostos a conceder um reajuste melhor que os 6% para todos os profissionais", conta a presidente em exercício do Sindsaúde, Givana Lopes.

Após a reunião com Amilcar, o Sindsaúde realizou atos ainda no Hospital Santo Antônio, em Barbalha, e no Hospital São Camilo (São Francisco de Assis), no Crato.

Fotos: Cristhyana Abreu

Acilon Gonçalves não honra compromissos e decepciona trabalhadores da saúde

O secretário executivo da Secretaria de Saúde do Estado do Ceará (Sesa), Acilon Gonçalves, político e administrador experiente (secretário de fato da Sesa), vem, a cada dia, decepcionando os servidores da saúde e agentes de saúde vinculados ao Estado.

Primeiro foi a lenda da lei eleitoral, usada por Acilon para não conceder o adicional de insalubridade aos ACS, que, organizados pelo Sindsaúde, ocuparam o palácio do governo, no início do ano, ocasião em que ficou prometido, pelos representantes do governo Cid, o pagamento do adicional de insalubridade aos ACS. No entanto, o Governo do Estado ficou enrolando e em junho deste ano recebeu a representação dos ACS porque foi pressionado por uma ocupação de ACS na SESA. Na ocasião, Acilon Gonçalves veio com a desculpa de impedimentos eleitorais para pagar este adicional, baseado, segundo ele, num parecer da Procuradoria Geral do Estado. Parecer que Acilon nunca teve a coragem de exibir, apesar dos questionamentos feitos pelo sindicato. Como mentira tem pernas curtas, no mesmo mês, a presidenta Dilma, candidata à reeleição, sancionou a lei 12.994, aumentando, razoavelmente, as despesas da União Federal, em plena contenda eleitoral, ao instituir piso salarial para agentes de saúde e de endemias. Ficou provado que se tivesse algum óbice na lei eleitoral, no mês de julho deste ano, a presidenta Dilma não teria colocado sua cabeça na guilhotina, ao passo que a Advocacia Geral da União teria sugerido o veto ao piso salarial.

Mais uma ocupação na Sesa, no final de julho. Acilon Gonçalves recebe o Sindsaúde e várias lideranças regionais dos ACS, no dia 1º de agosto. Nesta data, em alto e bom som, Acilon Gonçalves comunica às lideranças e eram em torno de vinte - que, após ter conseguido a autorização dos irmãos Ferreira Gomes, o piso salarial dos ACS, de R$ 1.014,00, seria pago na folha de setembro de 2014. A garantia de pagamento do piso é noticiada, dias depois, em jornal de grande circulação, inclusive com foto de Acilon Gonçalves.

Um breve e oportuno lembrete a Acilon Gonçalves: as urnas costumam devolver a indignação dos que são enganados pelos políticos de plantão.

Tudo não passava de mais um conto. Na segunda-feira, 22/09, Acilon passa a afirmar que o Estado do Ceará não tinha como pagar o piso salarial dos ACS porque não havia previsão orçamentária. Esta desculpa não convence a ninguém e ainda afronta a inteligência dos trabalhadores. É um desrespeito com os profissionais. Todos nós sabemos que Cid Gomes tem ampla maioria na Assembleia Legislativa e pode a qualquer tempo remanejar verbas do orçamento, como faz com bastante frequência. Aliás, na citada reunião, Acilon afirmou que iria fazer remanejamento de outras rubricas para pagar o piso salarial.

E não adianta o secretário executivo vir com mais uma desculpa de que a PGE não foi procurada pela assesoria jurídica do sindicato, pois quem tem obrigação de legalizar os atos do Governo é a sua Procuradoria que, por sinal, dispõe de renomados advogados. Além do mais, a assessora da PGE, indicada por Acilon, conforme deixamos dito em 27/8, por escrito (veja o ofício no nosso site www.sindsaudeceara.org.br, no botão Legislação), nunca atendeu às ligações e nem retornou os recados deixados pelo sindicato para uma eventual discussão de lei. Acilon também nunca respondeu ao nosso ofício cobrando o compromisso que ele tinha assumido perante várias lideranças.

Um breve e oportuno lembrete a Acilon Gonçalves: as urnas costumam devolver a indignação dos que são enganados pelos políticos de plantão.

PNI: dois anos de injustiça

O terceiro conto de Acilon Gonçalves foi o da correção da PNI – Parcela Nominalmente Identificada, dos servidores de nível médio da saúde que gozaram férias/licença entre outubro e dezembro de 2012 e foram prejudicados financeiramente em razão de um erro grosseiro da SEPLAG/PGE, ao redigirem a Lei Estadual n. 15.294/2013. Tão logo o Dr. Acilon assumiu o posto de secretário de fato da SESA, o sindicato levou este pleito para o Dr. Acilon e ele achou justa a reivindicação, pediu a repercussão financeira, prometeu alterar a Lei, mas até hoje não encaminhou nenhuma medida legislativa, apesar dos requerimentos de mais de 400 servidores que amargam, há quase dois anos, prejuízos financeiros causados pela incompetência da assessoria do Governador.

Cristhyana Abreu

Várias atividades exigiram o pagamento da PNI entre 2013 e 2014. Na foto, ato realizado na Sesa em janeiro deste ano.